GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC

Relatório de Atividades

2022

Aracaju/SE

Dezembro/2022

EXPEDIENTE

Belivaldo Chagas Silva
Governador do Estado de Sergipe

Benedito de Figueiredo
Secretário de Estado da Transparência e Controle

Sheila Feitosa Macedo
Superintendente Executiva

Elder Sandes Vieira
Ouvidor-Geral

José Ney Marinho
Núcleo de Acompanhamento e Regularidade Fiscal

Rafael Santos Pereira
Núcleo de Fiscalização e Auditoria

Ageu Joventino Gois Nascimento
Núcleo de Planejamento e Controle

Fernando Gomes de Miranda
Núcleo de Transparência e Modernização

Hélio Sabino José Ribeiro Chaves
Diretoria Administrativo Financeira

SUMÁRIO

1 SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE
1.1 A INSTITUIÇÃO
1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS
1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA
1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

2 PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL
2.1.1 Instrução Normativa nº 001/2020/SETC
2.1.2 Orientações Técnicas

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL
2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
2.2.2 Fiscalização das Conciliações Bancárias das UGs
2.2.3 Regularidade Fiscal do Estado

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL
2.3.1 Auditorias de Contas Anuais
2.3.2 Auditorias Especiais
2.3.3 Tomada de Contas Especial

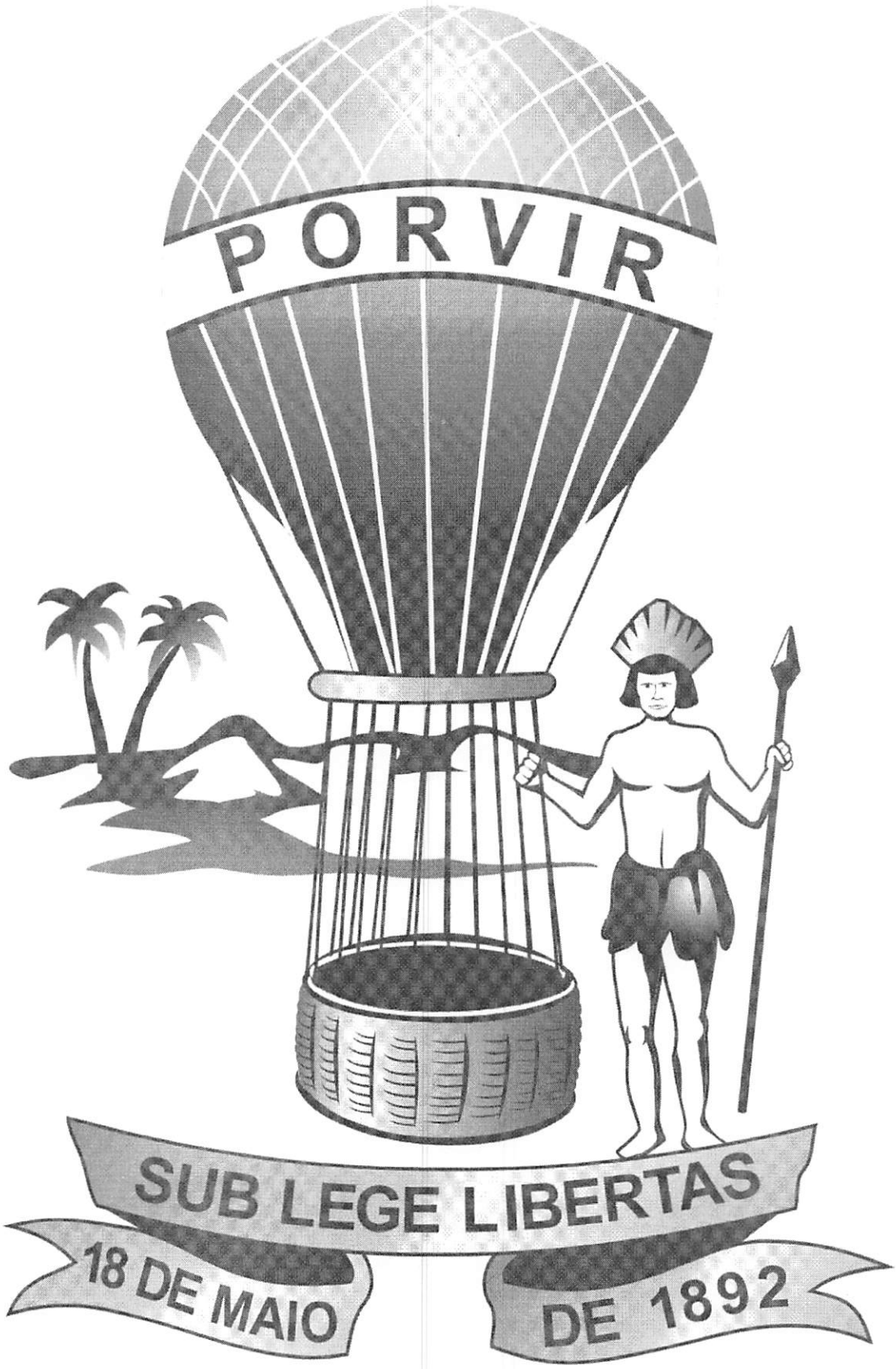
2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
2.4.1 Transparência Ativa
2.4.2 Transparência Passiva

2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
2.5.1 Apresentação
2.5.2 Atividades Desempenhadas
2.5.3 Ações de Ouvidoria

2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

2.8 INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE


PORVIR
SUB LEGE LIBERTAS
18 DE MAIO
DE 1892

1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 13.128.798/0009-50, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.630/1995 e 7.950/2014, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tronou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 11 da Lei nº. 8.496, de 28 de Dezembro de 2018, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da

aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;

- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
- ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual;
- ✓ a supervisão e o controle da regularidade fiscal da Administração Pública Estadual junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC/STN);
- ✓ a prevenção e o combate à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- ✓ auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública;
- ✓ formular, coordenar e fomentar a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência;
- ✓ zelar pelo controle social na administração pública;
- ✓ contribuir para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
- ✓ fomentar e supervisionar as atividades da Ouvidoria-Geral do Estado;
- ✓ a realização de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normais legais e/ou regulamentares.

1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

"I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

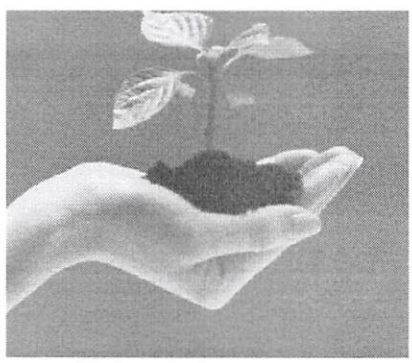
II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional".

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

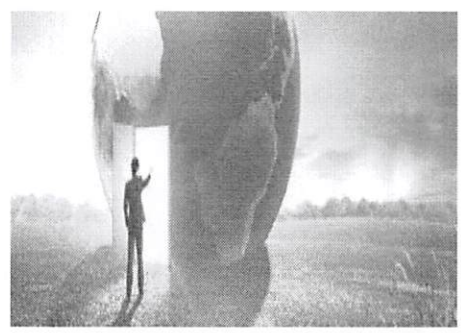


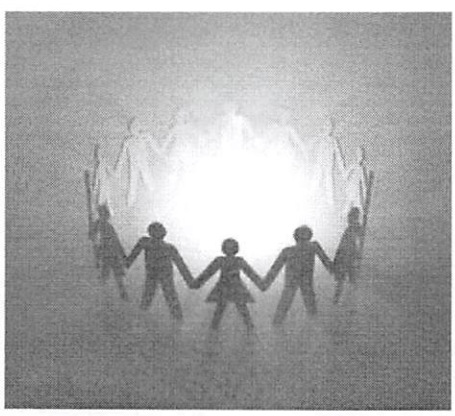
Missão

Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.

Visão Estratégica

Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.





Valores

Ética e Transparência na Administração Pública;

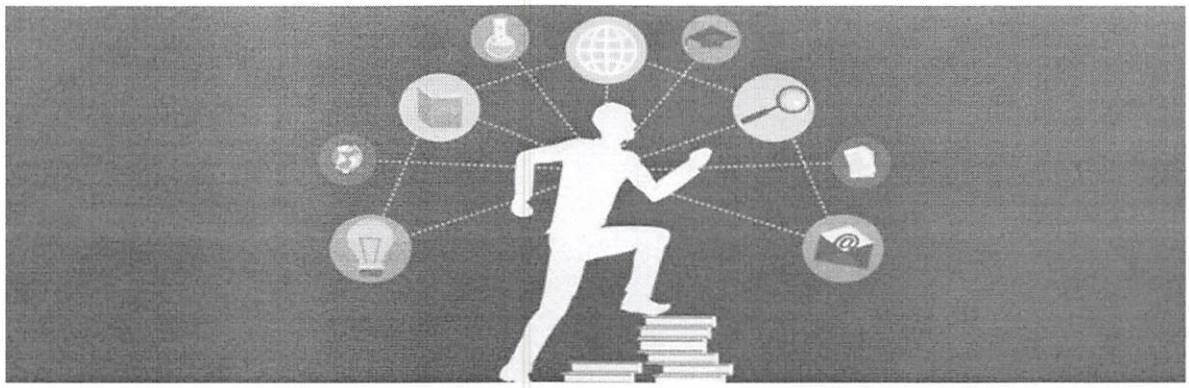
Participação Popular e Controle Social da Gestão;

Prevalência do Interesse Público;

Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;

Transversalidade da Gestão.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS



2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à sua missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o exercício de 2022, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão apresentados a seguir:

2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos, emitido pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de avaliar e promover orientação técnica e normativa, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no exercício de suas atribuições, utilizando o controle interno como principal ferramenta para proteger o patrimônio público estadual e evitar eventuais danos ao Erário, examinou demandas internas e externas, e demais matérias de competência desta Casa de Controle Interno.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

Nesse sentido, destacaram-se os trabalhos relacionados a seguir:

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROCESSO N. 201554101590 – N. ÚNICO – 0006437-42.2015.8.25.0040

ASSUNTO: Trata-se de solicitação de análise sobre decisão do processo acima indicado encaminhado pela Superintendência Executiva desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC por meio de processo interno n. 036.000.00428/2022-1.

Da decisão condenatória o réu interpôs Agravo de Instrumento que foi conhecido e negado provimento em 13/03/2018. Decorreu-se o prazo sem que houvesse recurso, assim, transitou em julgado em 20/06/2018 encaminhado para o arquivo definitivo em 21/06/2018.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, **manifestamo-nos pela não contratação com os réus condenados e encaminhamos decisão na íntegra para conhecimento e arquivo.**

CONSULTA REALIZADA PELA SEGG A RESPEITO DAS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

ASSUNTO: Em atendimento ao Ofício Externo nº 693/2022-SEGG, foi realizada a análise da documentação apresentada, qual seja o "Demonstrativo da Execução por Unidade Gestora", referente as inconsistências detalhadas no 2.5.2 – Das Alterações Orçamentárias do Relatório Técnico de Análise de Prestação de Contas – PCA Nº 50/2021/SETC relativo à Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Estado Geral de Governo – SEGG**, referente ao exercício financeiro de 2020.

CONCLUSÃO: Ante o exposto e concomitantemente à análise discriminada na Manifestação Técnica Nº 05/2021, os itens pontuados como inconsistência no Relatório Técnico PCA Nº 50/2021/SETC foram atendidos, tornando-se, dessa forma, **regulares**. Diante disso, recomenda-se que a documentação atualizada seja encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, solicitando-se a juntada ao processo de Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Estado Geral de Governo – SEGG**, referente ao exercício financeiro de 2020.

CONSULTA REALIZADA PELA SEIAS A RESPEITO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 05/2018

ASSUNTO: Trata-se de Ofício n° 771/2021-SEIAS, datado de 15 de outubro de 2021,

no qual é solicitado orientações desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle, a respeito das medidas a serem adotadas para regularização das contas do Termo de Cooperação Técnica n° 05/2018, em razão das inconsistências apontadas no Relatório de Análise Técnica n° 04/2021.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, recomenda-se:

a) a aprovação das contas com ressalvas, visto que não é possível a sua regularização;

b) no caso de eventual dano ao erário, em razão das inconsistências encontradas, que seja providenciada a abertura de tomada de contas especiais, nos termos do art. 30, da Lei Complementar n° 04/1990(Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe);

c) que nos futuros processos de execução de despesa seja cumprido estritamente a ordem estabelecida no art. 60, da Lei n° 4.320/64 quanto às certidões negativas, seja observado o disposto no art. 55, XIII, da Lei n° 8.666/93 e Resolução do Tribunal de Contas de Sergipe n° 208/2001.

CONSULTA REALIZADA PELA SEIAS A RESPEITO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2020

ASSUNTO: Trata-se do Ofício n° 772/2021-SEIAS, no qual é solicitado orientações desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle, a respeito das medidas a serem adotadas para regularização das contas do Termo de Cooperação Técnica n°. 03/2020, em razão das inconsistências apontadas no Relatório de Análise Técnica n° 05/2021.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, recomenda-se:

a) a aprovação das contas com ressalvas;

b) que nos futuros processos de chamada pública, seja realizada a publicação do resultado final, nos termos do art. 66, §2°, da LCE 33/1996.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO



A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o exercício de 2022, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, a respeito da execução orçamentária consolidada, que permitiram avaliar a evolução das receitas arrecadadas e das despesas realizadas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

2.2.2 FISCALIZAÇÃO DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS DAS UNIDADES GESTORAS

Em cumprimento às ações estratégicas programadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, iniciou-se, a partir do terceiro trimestre de 2022, o acompanhamento e fiscalização das conciliações bancárias de todas as Unidades Gestoras do Executivo Estadual. Por meio de ferramenta disponibilizada no sistema i-Gesp, "Relatório Gerencial de Conciliação Bancária", a SETC vem monitorando a utilização da Conciliação Bancária no sistema contábil do Estado de Sergipe. Tal ferramenta proporciona a exatidão no confronto dos saldos das contas bancárias com os saldos registrados na contabilidade, de forma que as informações estejam transparentes e fidedignas.

2.2.3 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

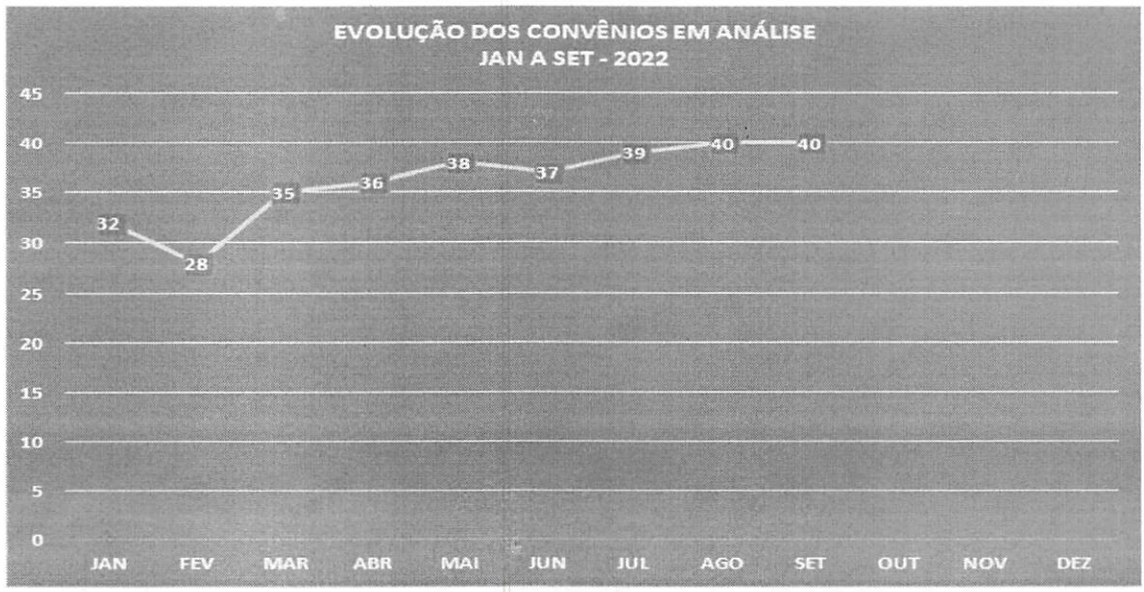
A regularidade fiscal do Estado, em sentido lato, perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional - CAUC/STN, é condição essencial para o Estado celebrar convênios, firmar contratos e receber repasses da União e de Organismos Internacionais de fomento. Neste sentido, o Governo de Sergipe publicou, em 24 de fevereiro de 2010, o Decreto nº. 26.905, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para manter a respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

Ao longo do ano de 2022, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, através do Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal – NARF, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros.

Importa assinalar que, neste momento, vem merecendo atenção do NARF/SETC o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução no período de janeiro a setembro de 2022:



Fonte: I-Gesp



Por sua vez, em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades no segundo trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



DEMONSTRATIVO DA ADIMPLÊNCIA ESTADUAL NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO - 2022			
JANEIRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E		DER, EMGETIS, HEMOLACEN/FSPH, IPES	29
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		DER, EMGETIS, IPES	
2.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	DPE, TJ		
3.1.2 - ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL AO SICONFI	TJ		
AUSÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE		
DIVERGÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL DA RFB	ALESE		
DCTF - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SEFAZ		
FEVEREIRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		BANESE	28
1.3 – REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS		CODISE, DER, EMGETIS, FAPITEC, HEMOLACEN/FSPH, IPES, PRONESE	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, DER, EMGETIS, IPES	
2.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	TJ		
3.1.2 - ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL AO SICONFI	TJ		
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
5.1 – LIMITES CONSTITUCIONAIS	SEDUC		
AUSENCIA DE GFIP - CEI - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE, PGE		
DIVERGÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	FEAS / SEIAS		
INSCRIÇÃO DE CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA	SEIAS		
MARÇO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		BANESE, CODISE, DER, EMGETIS, FAPITEC, IPES	30
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CODISE, CEHOP, DER, EMGETIS, IPES	
2.1.1 – SIAFE SUBSISTEMA TRANSFERÊNCIAS		CEHOP, DER, EMGETIS, IPES	
2.1.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		EMDAGRO	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
5.1 – LIMITES CONSTITUCIONAIS	SEDUC		
DIVERGÊNCIA DE GFIP - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	FES / SES, SEIAS		
DCTF - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	ALESE, PGE, SEIAS		
DCTF MULTA - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEIAS		
ABRIL			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		CODISE, CEHOP, DER, EMGETIS, FAPITEC, IPES	29
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, DER, EMGETIS	
2.1.1 – SIAFI SUBSISTEMA TRANSFERÊNCIAS		CEHOP, DER, EMGETIS	
2.1.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		EMDAGRO	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	FEAS, ALESE, TJ, TCE, SEIAS, DPE e PGE		
DIVERGENCIA DE GFIP - RELATORIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE		

MAIO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E		CODISE, CEHOP, EMGETIS, FAPITEC, IPES	30
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	SEJUC	CEHOP, DER, DESO, EMGETIS, IPES PREVIDÊNCIA	
2.1.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
DCTF AUSÊNCIA DECLARAÇÃO - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAD, SEAGRI, SEJUC		
DIVERGENCIA DE GFIP - RELATORIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE, SEIAS		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SES, TJ, ALESE, SEIAS, DPE, TCE		
JUNHO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		AGRESE, CEHOP, CODISE, COHIDRO, DETRAN, EMGETIS, FHS, FUNCAP, IPES, RENASCER e SERGIPE PREVIDÊNCIA	30
1.3 - REGULARIDADE CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	SEJUC	CEHOP, DER, EMGETIS, FHS	
DCTF - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SEAD, SEJUC, SEAGRI		
JULHO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E		COHIDRO, DER, EMDAGRO, EMGETIS,	29
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CODISE, DER, EMGETIS	
AUSÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SEAGRI		
	SEDUC		
AGOSTO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		CEHOP, CODISE, DETRAN, EMGETIS, FHS, FUNESA, FHS, HEMOLACEN/FSPH, RENASCER	31
1.3 - REGULARIDADE QUANTO CONTRIBUIÇÕES DO FGTS		FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	SEJUC	CEHOP, DER, EMGETIS, EMDAGRO, FHS	
3.2.3 ENCAMINHAMENTO DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
DIVERGÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	ALESE, TCE, TJ		
DITR - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAD		
AUSÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SEAGRI, SEDURBS		
SETEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRTIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	26
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, DER, EMDAGRO, EMGETIS, FHS	
CP - PATRONAL	HPM		
DIVERGÊNCIA DE GFIP – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL – RFB	SES, ALESE, TCE		
		TOTAL	262

Nesse contexto, saliente-se que o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - NARF/SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade** dos Órgãos da **Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta**, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compuseram o período de janeiro a setembro de 2022.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o Índice de Regularidade do período mencionado, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						26/9/2022
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE – 2022						31/12/2021
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	269	269		100,00
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		267	2	99,26
3	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		269		100,00
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		234	35	86,99
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		269		100,00
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		243	26	90,33
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		269		100,00
8	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		191	78	71,00
9	SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL		269		100,00
10	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		269		100,00
11	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		208	61	77,32
12	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		244	25	90,71
13	SEGG	SECRETARIA DE ESTADO GERAL DE GOVERNO		269		100,00
14	SEIAS	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		196	73	72,86
15	SEDURBS	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE		254	15	94,42
16	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		162	107	60,22
17	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		197	72	73,23
18	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		192	77	71,38
19	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		269		100,00
20	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		269		100,00
21	VG	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		269		100,00
22	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		93	176	34,57
23	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		179	90	66,54
24	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		203	66	75,46

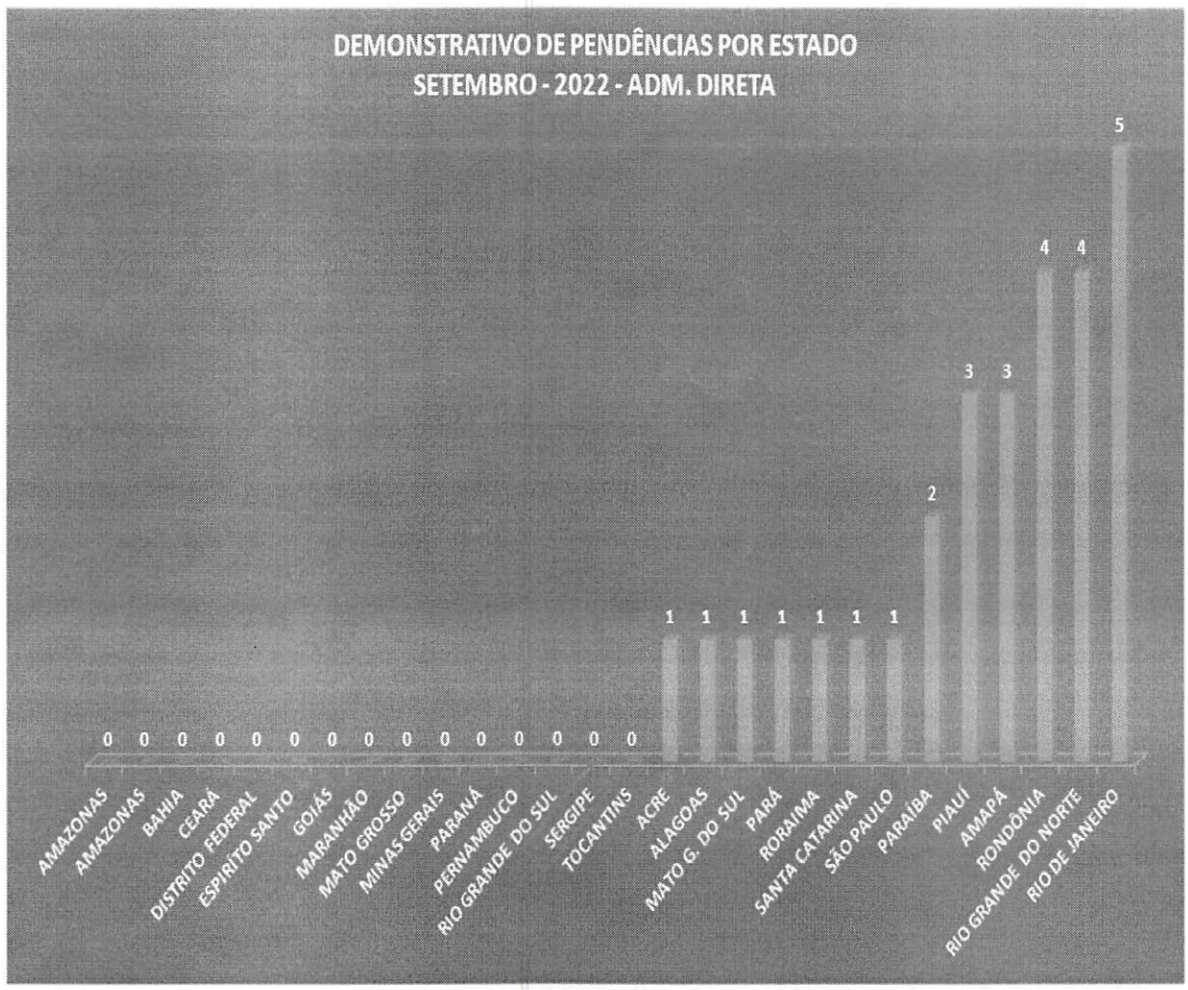
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						26/9/2022
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE – 2022						31/12/2021
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	269	269		100,00
2	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE		255	14	94,80
3	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		234	35	86,99
4	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		64	205	23,79
5	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		97	172	36,06
6	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		261	8	97,03
7	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		269		100,00
8	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		46	223	17,10
9	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		260	9	96,65
10	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		199	70	73,98
11	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		64	205	23,79
12	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		19	250	7,06
13	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		269		100,00
14	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		169	100	62,83
15	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		172	97	63,94
16	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		266	3	98,88
17	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE		255	14	94,80
18	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		266	3	98,88
19	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL		243	26	90,33
20	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		118	151	43,87
21	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		255	14	94,80
22	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		269		100,00
23	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		269		100,00
24	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		240	29	89,22
25	RENASCER	FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE		212	57	78,81
26	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		269		100,00
27	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		269		100,00
28	SERGIPE PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		254	15	94,42

Ressalte-se que, nos meses de janeiro a setembro de 2022, os maiores registros de inadimplência observados, no âmbito do Poder Executivo, especificamente na Administração Direta, verificaram-se na SEJUC (107), SEAGRI (78), SEIAS (73), SEAD (72) e SES (77). Ao passo que, no Poder Legislativo, a ALESE pontuou por 176 vezes, e o TCE 90 vezes. Por outra

banda, na Administração Indireta, essa ocorrência se verificou nas seguintes Entidades: CEHOP (205), CODISE (172), DER/SE (223), EMGETIS (250), EMDAGRO (205) e IPESAÚDE (151), conforme restou demonstrado anteriormente no quadro acima exposto.

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



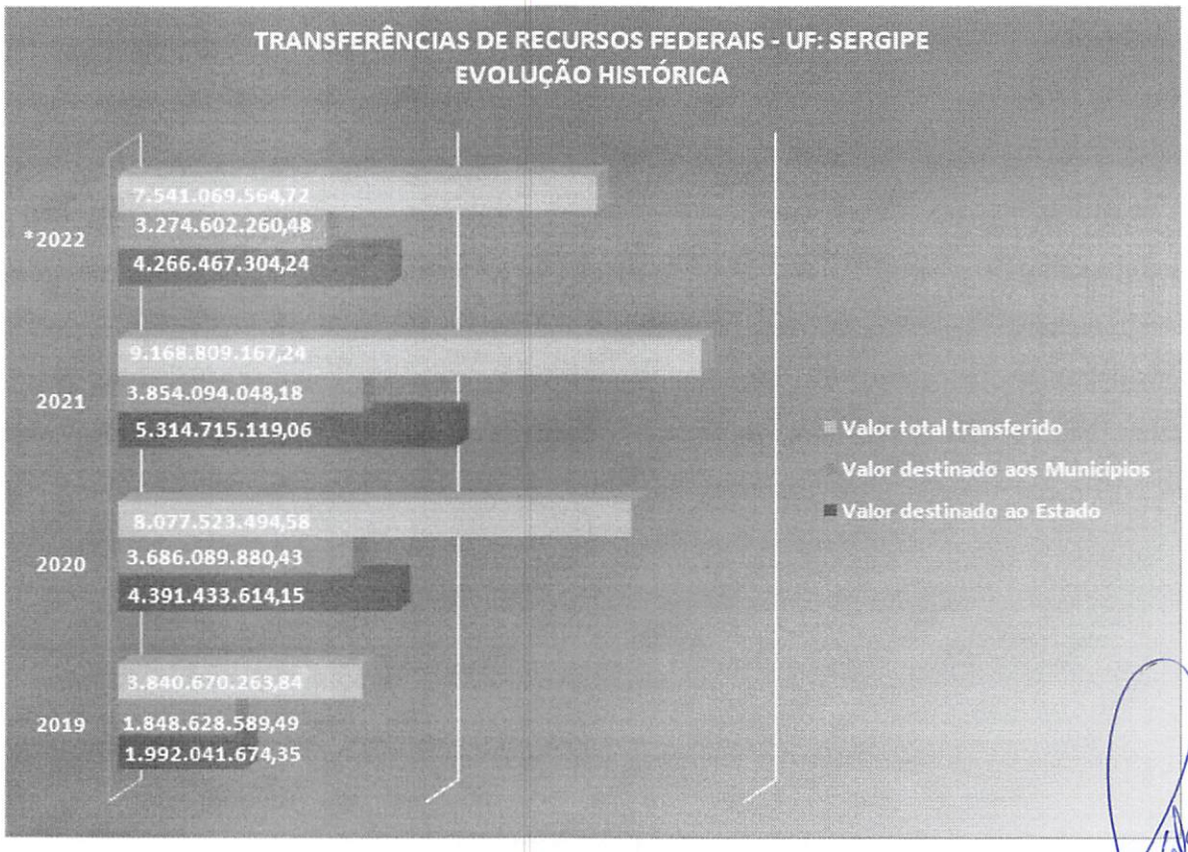
FONTE: CAUC/STN

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, logo se percebe que o NARF/SETC se desdobrou em várias frentes de atuação, tanto interna como externamente, para que o Estado de Sergipe pudesse ostentar destacada posição. Nesse cenário, o trabalho realizado pelo NARF/SETC/SE se fez notar por meio dos insistentes e oportunos contatos estabelecidos com os Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e, principalmente, com os técnicos da Receita Federal do Brasil – RFB.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

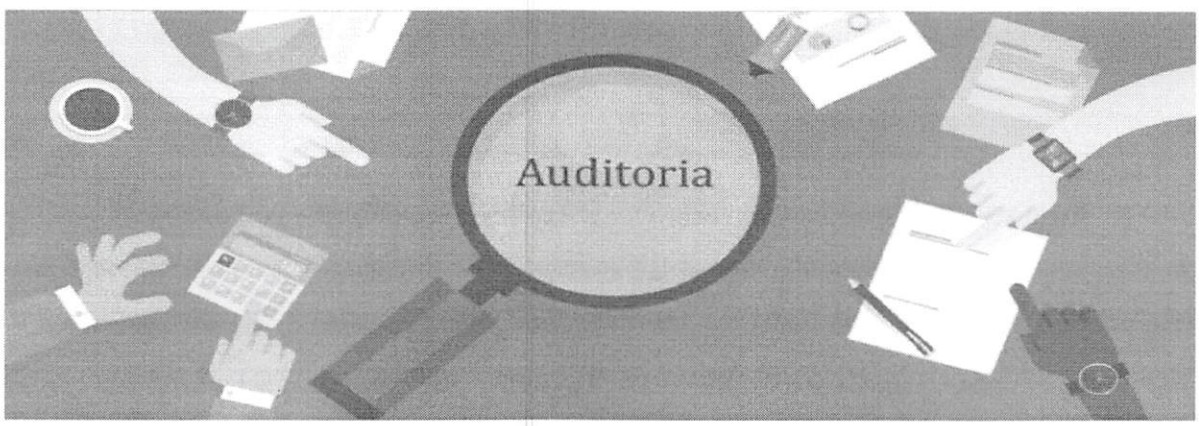
À luz do quadro acima apresentado, nota-se que o Núcleo de Regularidade Fiscal -NARF/SETC/SE continuou realizando ativamente o trabalho de acompanhamento e monitoramento diário da regularidade dos Órgãos e das Entidades do Estado de Sergipe, além de promover ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, a exemplo das transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

Segue abaixo, o quadro com a Evolução Histórica das Transferências dos Recursos Federais para o Estado de Sergipe.



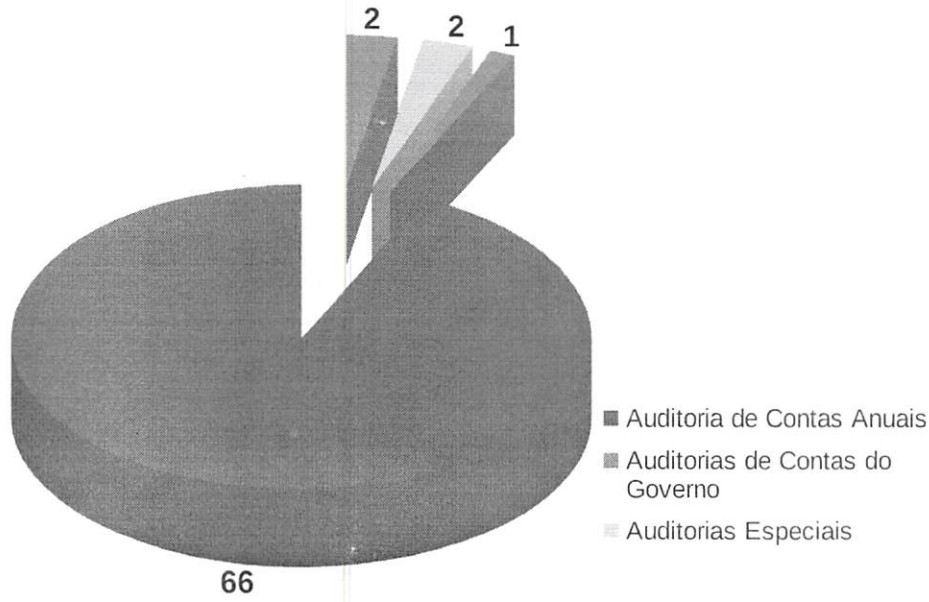
Na prática, o trabalho do NARF/SETC ganha relevo do ponto de vista interno e externamente: primeiro, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da Certidão Negativa de Débitos - CND e, ainda, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União; o segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e prestações de serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe.

2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL



A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, durante o ano de 2022, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados no gráfico a seguir:



2.3.1 AUDITORIAS DE CONTAS ANUAIS

De acordo com as disposições do inciso I do art. 41 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE, o prazo final para entrega da Prestação de Contas Anual dos administradores públicos e responsáveis por Órgãos ou Entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado de Sergipe deve ocorrer até 30 de abril do ano subsequente ao exercício financeiro encerrado.

As exceções estão nas contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, que devem ser enviadas ao TCE/SE, no prazo máximo de 120 dias, contados da data de abertura da Sessão Legislativa, de acordo com o disposto no inciso XVI do Art. 84 da Constituição do Estado de Sergipe. Outro caso à parte diz respeito à remessa das prestações de contas das sociedades de economia mista e empresas públicas constituídas sob a forma de sociedade por ações, que deve ocorrer no prazo de 30 dias, a partir da realização das respectivas assembleias gerais, conforme o parágrafo único do Art. 41 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

Dessa forma, em atendimento às normas e procedimentos de Controle Interno, aplicáveis aos Órgãos e às Entidades do Poder Executivo Estadual, dispostas na Lei Estadual n°. 3.630, de 26 de junho de 1995, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC recepcionou, no exercício de 2022, o total de 67 Prestações de Contas Anuais – PCAs relativas ao exercício financeiro de 2021, incluindo-se a do Governo do Estado de Sergipe, o que

representa 100% dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual Direta e Indireta os quais são obrigados a apresentar as contas ao Tribunal do Estado de Sergipe – TCE/SE.

No exercício de 2022, foram emitidos 67 Relatórios Técnicos, Certificados de Auditoria e Pareceres do Dirigente do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme dispõe a legislação em vigor, como observado no quadro abaixo:

SETC- PCA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA – 2021						
PROTOCOLO DE SAÍDA		PROTOCOLO DE ENTRADA		ADMD	ADMI	CÓDIGO UG
RELATÓRIO	CONCLUSÃO	Nº	DATA			
01/2022/SETC	09/03/2022	32/2022-PREST-CONTAS-SETC	03/03/2022	SETC		36101
02/2022/SETC	10/03/2022	13/2022-PREST-CONTAS-SEDETEC	24/02/2022	FAI		19401
03/2022/SETC	11/03/2022	14/2022-PREST-CONTAS-SEDETEC	24/02/2022	FUNTEC		19402
04/2022/SETC	14/03/2022	8/2022-PREST-CONTAS-VGE	24/02/2022	VGE		12101
05/2022/SETC	16/03/2022	110/2022-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	23/02/2022		SERGIPE PREVIDÊNCIA	37201
06/2022/SETC	16/03/2022	2/2022-PREST-CONTAS-HPM	25/02/2022	HPM		22102
07/2022/SETC	23/03/2022	145/2022-PREST-CONTAS-ITPS	03/03/2022		ITPS	19202
08/2022/SETC	24/03/2022	453/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	FUNPEN		21401
09/2022/SETC	24/03/2022	442/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	FUNDECON		21402
10/2022/SETC	24/03/2022	441/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	FT		24405
11/2022/SETC	25/03/2022	1080/2022-PREST-CONTAS-IPESAUDE	03/03/2022		IPESAUDE	15204
12/2022/SETC	25/03/2022	164/2022-PREST-CONTAS-SEAGRI	03/03/2022	SEAGRI		17101
13/2022/SETC	28/03/2022	9/2022-PREST-CONTAS-PRONESE	03/03/2022		PRONESE	14301
14/2022/SETC	28/03/2022	282/2022-PREST-CONTAS-SSP	25/02/2022	SSP		22101
15/2022/SETC	28/03/2022	684/2022-PREST-CONTAS-SEAD	03/03/2022	FDES		14403
16/2022/SETC	28/03/2022	675/2022-PREST-CONTAS-SEAD	03/03/2022	FDRH		15401
17/2022/SETC	29/03/2022	396/2022-PREST-CONTAS-FUNESA	02/03/2022		FUNESA	-
18/2022/SETC	29/03/2022	13/2022-PREST-CONTAS-JUCESE	03/03/2022		JUCESE	19201
19/2022/SETC	30/03/2022	455/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	SEJUC		21101
20/2022/SETC	30/03/2022	524/2022-PREST-CONTAS-DETRAN	03/03/2022		DETRAN	22201
21/2022/SETC	30/03/2022	683/2022-PREST-CONTAS-SEAD	03/03/2022	SEAD		15104
22/2022/SETC	30/03/2022	15/2022-PREST-CONTAS-SEDETEC	24/02/2022	SEDETEC		19105
23/2022/SETC	31/03/2022	127/2022-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	28/02/2022		FINANPREV	37401
24/2022/SETC	01/04/2022	97/2022-PREST-CONTAS-PM	04/03/2022	PM-SE		25101
25/2022/SETC	06/04/2022	101/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	SEDURBS		26106
26/2022/SETC	07/04/2022	100/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	FUNDEMA		32401
27/2022/SETC	07/04/2022	102/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	FERH		32402
28/2022/SETC	07/04/2022	103/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	FEHIS		14401
29/2022/SETC	07/04/2022	104/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	DEPEC		24101
30/2022/SETC	13/04/2022	118/2022-PREST-CONTAS-FUNCAP	03/03/2022		FUNCAP	18201
31/2022/SETC	18/04/2022	21/2022-PREST-CONTAS-DPE	24/02/2022	DPE		28101
32/2022/SETC	18/04/2022	22/2022-PREST-CONTAS-DPE	24/02/2022	FUNDEPES		28401
33/2022/SETC	18/04/2022	458/2022-PREST-CONTAS-SEGG	03/03/2022	SEGG		36101
34/2022/SETC	18/04/2022	727/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	02/03/2022	SEFAZ		16101
35/2022/SETC	19/04/2022	677/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	02/03/2022	FUNDAVAL		16403
36/2022/SETC	19/04/2022	286/2022-PREST-CONTAS-SSP	02/03/2022	FUNESP		22401
37/2022/SETC	19/04/2022	119/2022-PREST-CONTAS-FUNCAP	03/03/2022		FUNCART	27401
38/2022/SETC	20/04/2022	288/2022-PREST-CONTAS-PGE	02/03/2022	PGE		10101
39/2022/SETC	20/04/2022	39/2022-PREST-CONTAS-AGRESE	03/03/2022		AGRESE	13201
40/2022/SETC	20/04/2022	10/2022-PREST-CONTAS-SETUR	25/02/2022	SETUR		33101
41/2022/SETC	20/04/2022	89/2022-PREST-CONTAS-RENASCER	24/02/2022		RENASCER	24202
42/2022/SETC	20/04/2022	97/2022-PREST-CONTAS-PM	04/03/2022	PM-SE		25101
43/2022/SETC	22/04/2022	365/2022-PREST-CONTAS-FSPH	03/03/2022		FSPH	-
44/2022/SETC	25/04/2022	228/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2022	FUNDEPROI		24402
45/2022/SETC	25/04/2022	19/2022-PREST-CONTAS-ADEMA	25/02/2022		ADEMA	32201
46/2022/SETC	25/04/2022	28/2022-PREST-CONTAS-SEGRASE	03/03/2022		SEGRASE	-
47/2022/SETC	25/04/2022	679/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	02/03/2022	FINATE		16402
48/2022/SETC	25/04/2022	230/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	FUNDECRIA		24401
49/2022/SETC	26/04/2022	4648/2022-PREST-CONTAS-SEDUC	24/02/2022	SEDUC		18101
50/2022/SETC	26/04/2022	231/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	FEAS		24403
51/2022/SETC	27/04/2022	234/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	FUNCEP		24404
52/2022/SETC	28/04/2022	223/2022-PREST-CONTAS-DER/SE	04/03/2022		DER	26203
53/2022/SETC	28/04/2022	237/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	SEIAS		24113
54/2022/SETC	28/04/2022	115/2022-PREST-CONTAS-FHS	03/03/2022		FHS	-
55/2022/SETC	28/04/2022	58/2022-PREST-CONTAS-FAPITEC/SE	03/03/2022		FAPITEC	19203
56/2022/SETC	29/04/2022	4287/2022-PREST-CONTAS-SES	03/03/2022	SES		20401
57/2022/SETC	03/05/2022	2/2022-PREST-CONTAS-BANESE	03/03/2022		BANESE	-
58/2022/SETC	12/05/2022	113/2022-PREST-CONTAS-EMGETIS	08/03/2022		EMGETIS	13301
59/2022/SETC	18/05/2022	1/2022-PREST-CONTAS-SERGAS	03/03/2022		SERGAS	-
60/2022/SETC	18/05/2022	358/2022-PREST-CONTAS-COHIDRO	03/03/2022		COHIDRO	17302
61/2022/SETC	19/05/2022	2413/2022-PREST-CONTAS-DESO	24/02/2022		DESO	-
62/2022/SETC	19/05/2022	103/2022-PREST-CONTAS-CEHOP	23/02/2022		CEHOP	26301
63/2022/SETC	19/05/2022	74/2022-PREST-CONTAS-CODISE	03/03/2022		CODISE	19301
64/2022/SETC	20/05/2022	9/2022-PREST-CONTAS-ZPE/SE	03/03/2022		ZPE/SE	-
65/2022/SETC	23/05/2022	17/2022-PREST-CONTAS-EMDAGRO	16/03/2022		EMDAGRO	17301
66/2022/SETC	25/05/2022	19/2022-PREST-CONTAS-EMSETUR	03/03/2022		EMSETUR	19302
67/2022/SETC	30/05/2022	1110/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	01/04/2022	GOVERNO		-

2.3.2 AUDITORIAS ESPECIAIS

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou auditorias com a finalidade de avaliar os procedimentos e mecanismos de controle adotados por instituições públicas do Estado; certificar a respectiva regularidade, por meio de exames de documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos e verificar a eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil, com objetivo de auxiliar os gestores na sua atuação administrativa de gerência e otimização dos resultados obtidos, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos, aperfeiçoar controles e aumentar a responsabilidade gerencial, promovendo o compromisso de realizar a prestação de contas transparente, sobretudo, em decorrência da responsabilidade recebida, por sua atuação pública, pela sociedade (accountability).

No exercício de 2022, foram realizadas as seguintes auditorias especiais:

FISCALIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE / CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

OBJETIVO: Trata-se de procedimento de inspeção documental especifico sobre o item recebimento em duplicidade de diárias por parte do conselheiro, **Carlos Alberto de Oliveira Silva** nos anos de 2019, 2020 e 2021, pagas concomitantemente pelo Estado de Sergipe via Conselho Estadual de Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde, originada na DENÚNCIA, anônima, veiculada no Portal da Transparência *SE - ouv*, no dia 24/05/2021, protocolo nº 11605/21/-2.

CONCLUSÃO: Considerando que o conselheiro Carlos Alberto de Oliveira Silva foi eleito para o biênio 2018/2020, como primeiro-secretário, cujo mandato foi prorrogado pela Resolução 06/2020 devido ao estado pandêmico;

Considerando que como membro do CES/SE, tornou-se habilitado para concorrer a função de COORDENADOR DE PLENÁRIA, segundo chapa apresentada e eleita no mesmo ano, portanto, não se coaduna com a denúncia de usurpação de poder dentro do referido CES/SE;

Considerando a análise da documentação fornecida pela SES/SE para a verificação dos processos: objetivos, datas, valores e relatórios, não se verificou duplicidade de pagamento ao dito conselheiro no confronto com eventos de mesma data dentro e fora do Estado e o confronto com os dados extraídos do *Sistema i-gesp/SEFAZ;*

Considerando que o CES/SE em suas Resoluções nº 12/2018 e nº 07/2020 trata dos valores a serem pagos aos conselheiros descrito como DESLOCAMENTOS e não como DIÁRIAS, portanto, afasta a hipótese de duplicidade no recebimento de DIÁRIAS concomitante pelo CES/SE e pelo CNS;.

Considerando que a Resolução nº 451 do CNS em vigor, dispõe sobre o pagamento das DIÁRIAS para os deslocamentos dos conselheiros;

Considerando que os valores dos pagamentos feitos ao conselheiro via DENÚNCIA não se alinharam com os dados da DENÚNCIA, dentro ou fora do Estado; e

Considerando que a SES/SE em seu sítio eletrônico tem publicado tabelas de DIÁRIAS que carecem de maior tratamento dos dados;

Entende-se que não foram observadas irregularidades nos pagamentos de ajuda de custo realizados pelo Conselho Estadual de Saúde – SES, especificamente pagos ao conselheiro Carlos Alberto de Oliveira Silva.

Diante das considerações pontuadas, recomenda-se que a SES/SE e o setor competente passem a atentar para as publicações de modo a trazer clareza e não confusão para quem consulta o sítio eletrônico institucional, adotando-se as medidas necessárias quanto a qualidade e a transparência da informação.

FISCALIZAÇÃO EM CONTRATOS DA SERGAS

OBJETIVO: Fiscalização em contratos com vigência superior a 5 (cinco) anos.

CONCLUSÃO: Ante o exposto, concluímos que todos os contratos analisados celebrados pela SERGAS estão em conformidade com os limites de vigência legalmente estabelecidos nas Leis nº 8.666/93 e nº 13.303/2016.

2.3.3 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

A Tomada de Contas Especial é um processo, com rito próprio, em que se analisa, inicialmente, a regularidade na guarda do patrimônio público e aplicação deste, posteriormente, caso verificada a existência de danos ao erário, registrada a data de ocorrência do fato e a identificação dos responsáveis, assegurando ao processo, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além das auditorias realizadas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado da

Inclusão e Assistência Social – SEIAS e da Secretraia de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca, participa da TCE – Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades por possível ocorrência de dano à administração pública e a obtenção do respectivo ressarcimento, constantes da relação a seguir:

TOMADA DE CONTA ESPECIAL - EM ANDAMENTO:

1. Tomada de Contas Especial, Convênio SICONV nº 77189/2012 firmado entre a Fundação Cultural Palmares e a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC, Portaria Conjunta SEIAS/SETC/PGE nº 14/2020 de 17/12/2020, publicada no DOE nº 28.571 no dia 21/12/2020.

Representante da SETC – Rita de Cácia Souza Melo.

2. Tomada de Contas Especial, Projeto Dom Távora, Associação Comunitária de Agricultores e Trabalhadores Rurais do Povoado Saco de Areia e Adjacências, Associação Comunitária Agrícola do Povoado Guedes, Associação Comunitária dos Produtores Miguel Cardoso, Associação Comunitária do Povoado Arranhento, Portaria Conjunta Nº 19/2021/SETC/PGE/SEAGRI, publicada no DOE n º 28.715 em 23 de julho de 2021.

Representante da SETC – Hélio Sabino José Ribeiro Chaves.

2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

A transparência pública possibilita o aumento da visibilidade da ação governamental, permitindo aos cidadãos informações com qualidade e em espaço temporal sobre os gastos efetivados pelo governo. Além disso, quando a transparência pública é eficaz a sociedade pode acompanhar os serviços prestados e exercer o controle social contribuindo efetivamente com o aperfeiçoamento da gestão pública.

Neste sentido, no planejamento estratégico da SETC fora elencado o objetivo de "incrementar a transparência da gestão pública estadual, fomentando o exercício da transparência, informando e comunicando-se com a sociedade, desenvolvendo o portal da transparência, para compartilhar e democratizar os atos de gestão com os cidadãos, na busca contínua de seu aperfeiçoamento e na interlocução com a sociedade".

Dando continuidade aos resultados positivos alcançados no exercício anterior, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle realiza o monitoramento e a avaliação da

transparência pública e do acesso à informação no Estado de Sergipe, promovendo, continuamente, a inserção de novas informações e atualização de funcionalidades dos sistemas, de forma a garantir a qualidade o livre acesso à informação.

2.4.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Com o objetivo de ampliar, cada vez mais, a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a ampliação de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, ofertados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: www.transparenciasergipe.se.gov.br, em cumprimento às determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal nº. 131, de 27 de maio de 2009.



2.4.2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Com o advento da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão - eSic, com

o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade. Abaixo estão algumas funcionalidades do sistema:



2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria é um instrumento fundamental para a consolidação da cultura de transparência, garantindo a fidelização dos cidadãos, trazendo fortalecimento da imagem e distinção às Instituições Públicas, com o reconhecimento de suas ações pela transparência e responsabilidade social.

A Ouvidoria traz a aproximação com os cidadãos, mediante uma comunicação acessível e direta com a sociedade, promovendo um bom relacionamento entre a gestão e a identificação das necessidades dos usuários. É um mecanismo de apoio no processo de modernização da gestão pública, buscando captar através de seus usuários o compartilhamento da gestão com os anseios da sociedade, elevando o seu nível de eficiência e efetividade fomentando a consolidação de uma boa imagem do Serviço Público.

Assim, a Ouvidoria representa um canal estratégico de apoio à gestão pública, seja na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, seja para atender às crescentes necessidades de transparência, arejamento e revisão de processos de composição das políticas públicas demandadas pela sociedade.

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 45 unidades de ouvidorias setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

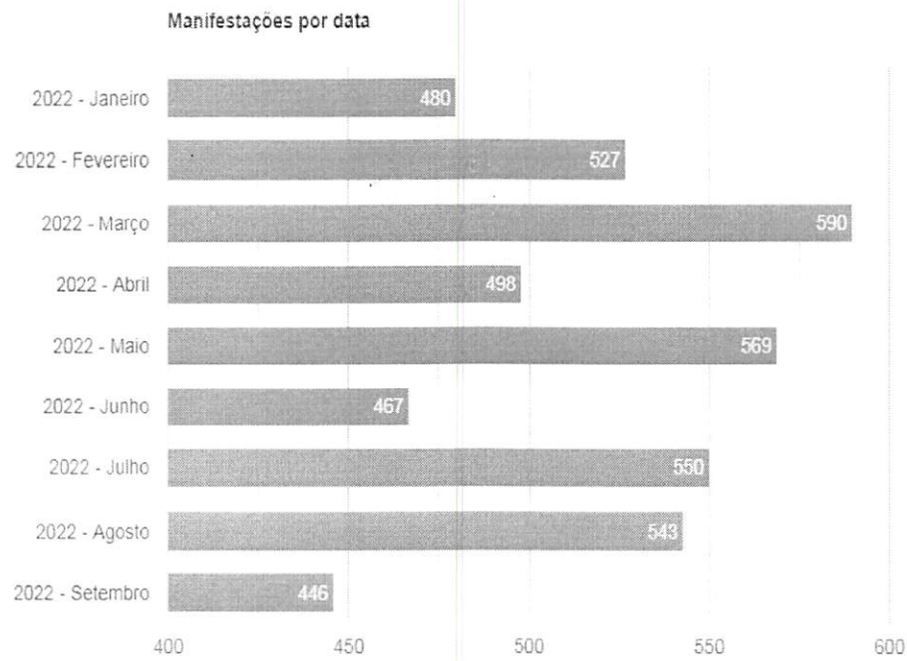
Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI demandados pelos cidadãos/usuários dos serviços públicos.

Gráfico 1 – Manifestações por mês

O **gráfico 1** demonstra o número de manifestações apresentadas por mês. No período de *01 de JANEIRO à 30 de SETEMBRO do corrente*, os cidadãos/usuários registraram **4.670 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV).



Fonte: *Sistema SE-OUV*

Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de janeiro à 30 de setembro foram as reclamações, com **2.246** demandas, representando (48.1%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **984** solicitações que representaram (21.1%), **577** pedidos de Acesso à Informação/LAI (12.4%), **731** denúncias (15.7%), **38** sugestões (0.8%) e **94** elogios (2%).

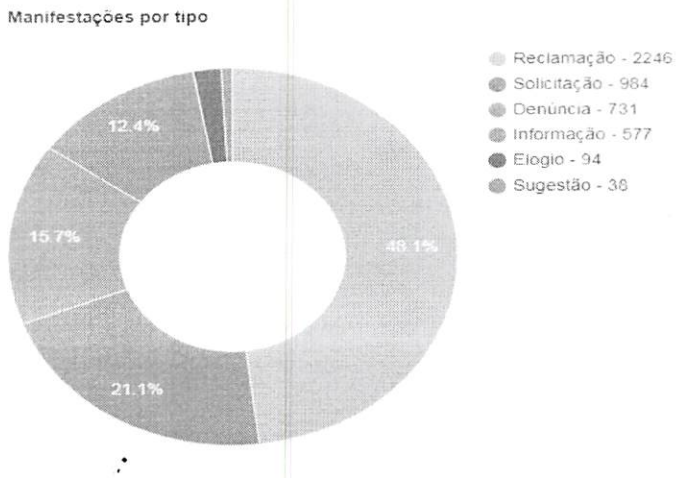


Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram um total de **4.670** manifestações, dessas, **4.290** apresentam o status de *Atendidas*, representando (91.9%) de resolução nos atendimentos. **170** estão com status *Em Trâmite* (3.6%), **21** estão com status de *Não Visualizadas* pelos órgãos/entidades (0.4%), e **186** encontram-se com status *Sem resposta*, representando assim (4%) das manifestações.

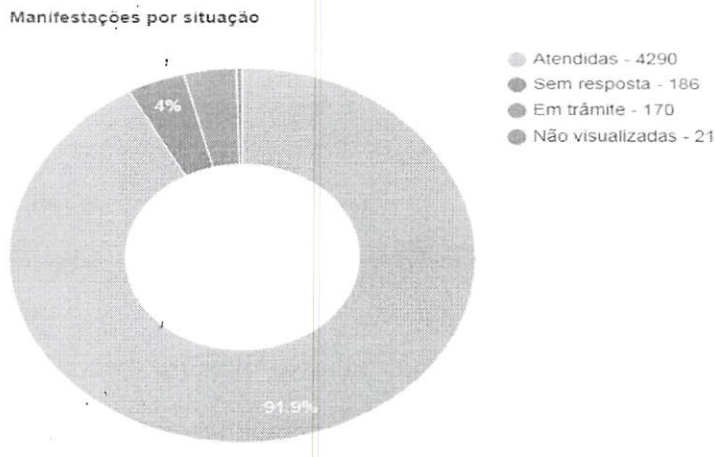


Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. **3.323** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas demandas, representando (71.2%) dos atendimentos de ouvidoria. **553** cidadãos realizaram suas manifestações através de meio telefônico, o que representa (11.8%) dos atendimentos. **448** atendimentos foram realizados presencialmente nos órgãos/entidades (9.6%), e **346** foram registrados por meio postal (7.4%).

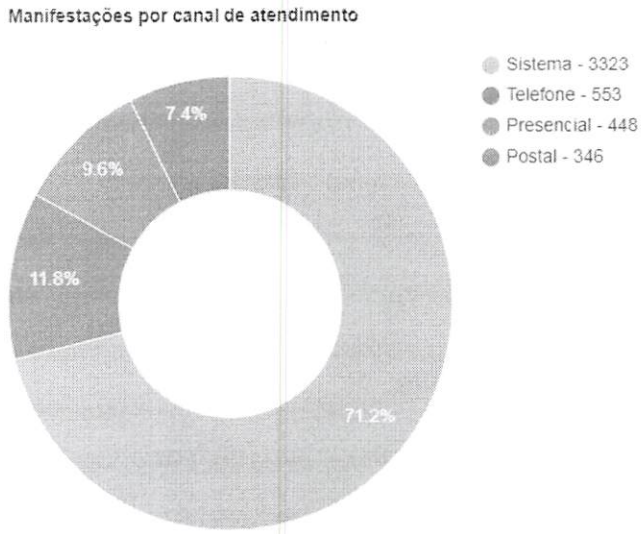


Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** demonstra que **1.250** manifestações foram realizadas por cidadãos do gênero *Masculino*, o que representa (26.8%) do público que demandou as ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **1.440** manifestações foram registradas pelo gênero *Feminino*, representando (30.8%) das manifestações apresentadas. **1.967** manifestações foram realizadas por público *Não informado*, o que representa (42.1%) dos registros, e **13** demandas foram realizadas por pessoa física na opção *Outro*, que equivale a (0.3%).

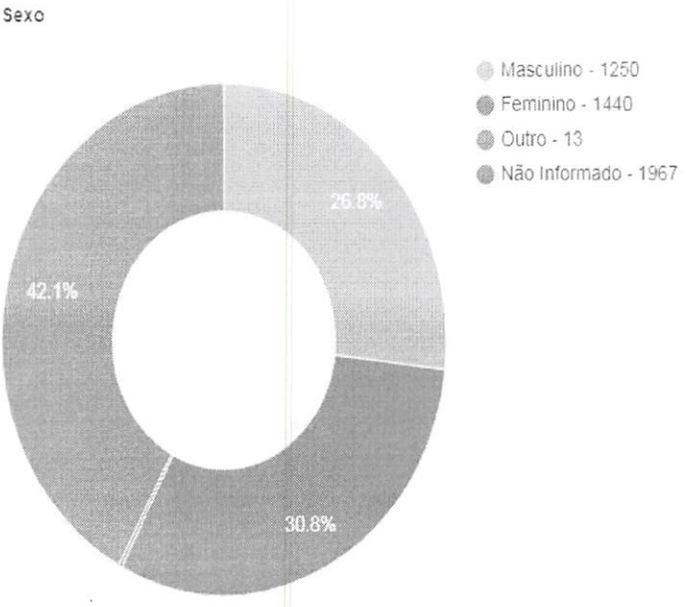


Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de janeiro a setembro do corrente.

Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O IPESAUDE com **1.144** das manifestações, o DETRAN com **542**, a DESO com **499** registros, a SES com **493** e a SEDUC com **480** das manifestações.

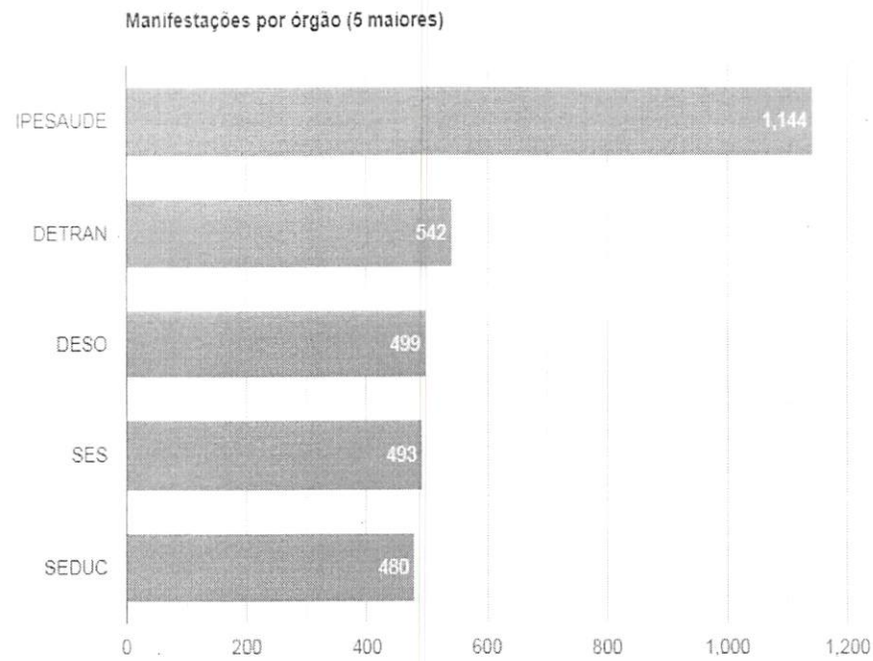


Gráfico 7 – Por Faixa etária

Quanto a faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **4.369** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **132** tinham idade entre (26 a 40 anos), **105** de (41 a 60 anos), **33** manifestantes tinham de (19 a 25 anos), **25** tinham (acima de 60 anos) e **6** tinham idade de (zero a 18 anos).

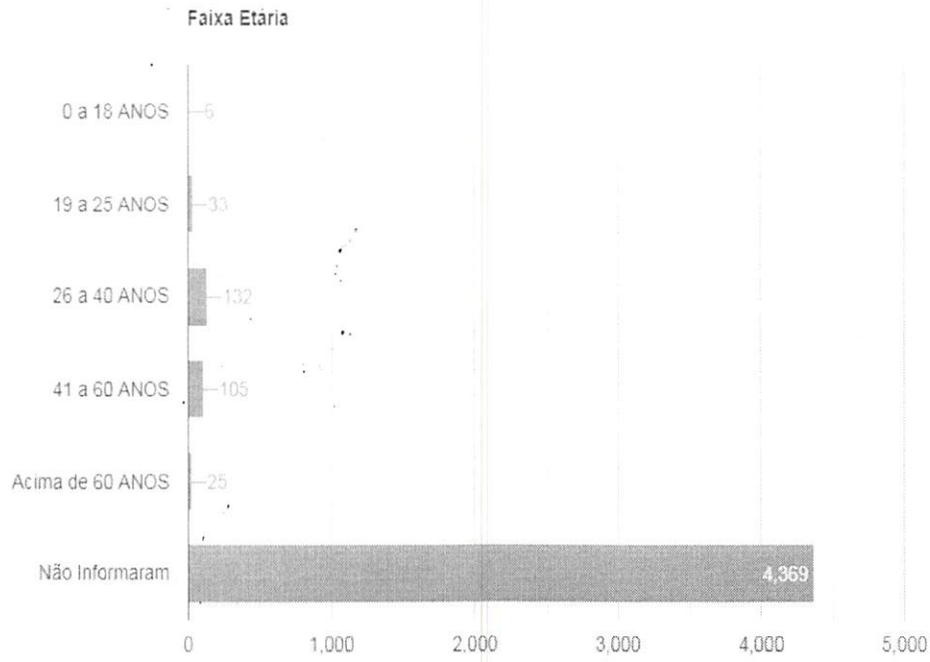


Gráfico 8 – Por Renda

Com relação a renda dos manifestantes, **o gráfico 8** mostra que **3.619** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (77.5%) dos manifestantes. **464** informaram receber até dois salários (9.9%), **275** recebem de dois a quatro salários (5.9%), **244** de quatro a dez salários (5.2%), **53** informaram receber de dez a vinte salários (1.1%) e **15** acima de vinte salários (0.3%).

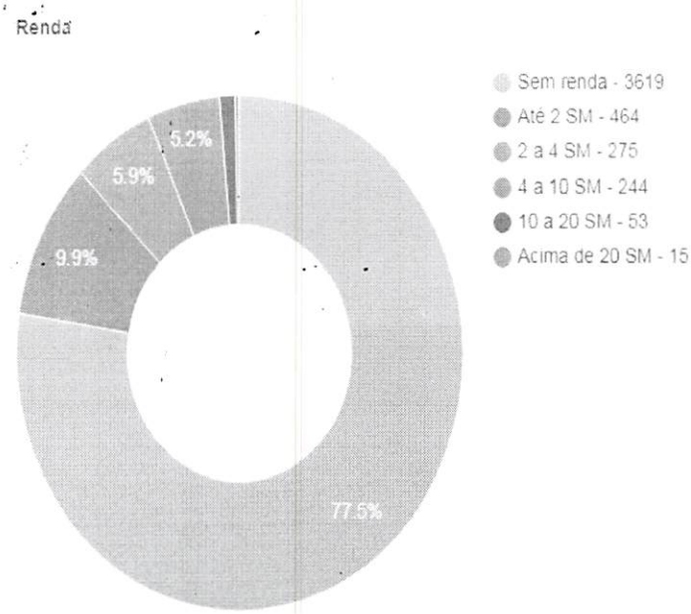


Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram o sistema de ouvidorias. **2.824** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (60.5%). Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **1.055** registros (22.6%), com Ensino Superior Incompleto são **306** (6.6%), Ensino Médio Completo foram **321** (6.9%), Ensino Médio Incompleto foram **60** (1.3%), Ensino Fundamental teve um total de **61** (1.3%), Semianalfabetos **36** (0.7%) e Analfabetos foram **7** (0.1%).

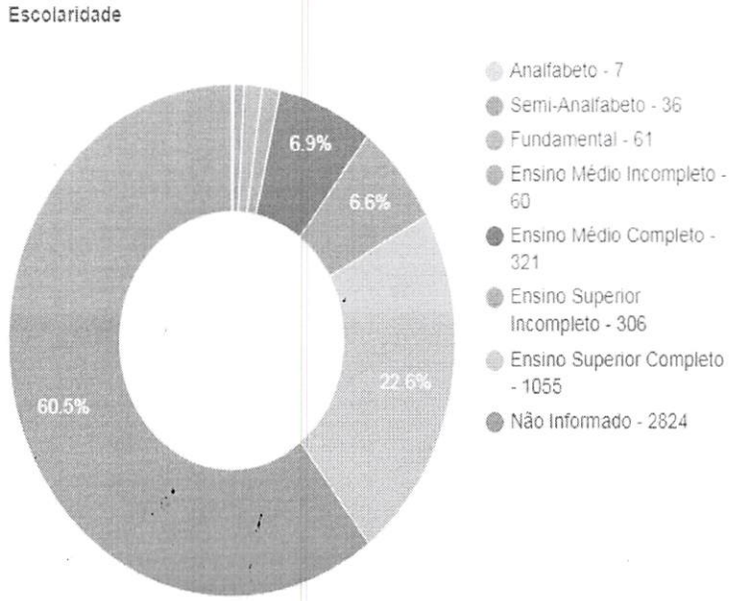


Gráfico 10 – Por Ente federativo

O **gráfico 10** demonstra que, dos entes federativos que mais demandaram o Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe, **2.576** são oriundos de Sergipe (SE), **1.642** preferiram não informar sua localização (*), **89** são oriundos do Estado de São Paulo (SP), **70** do Estado da Bahia (BA) e **36** do Goiás (GO).

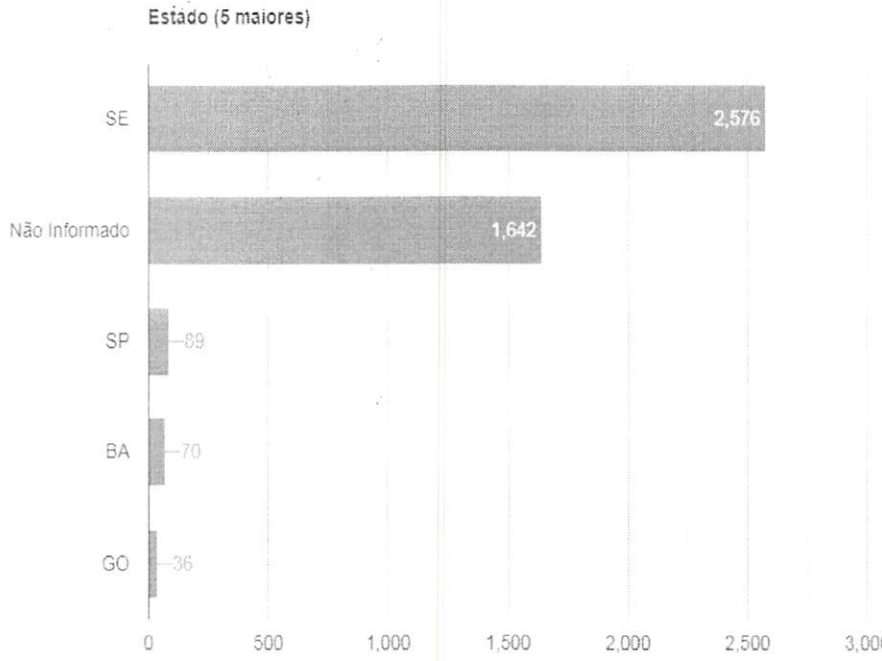
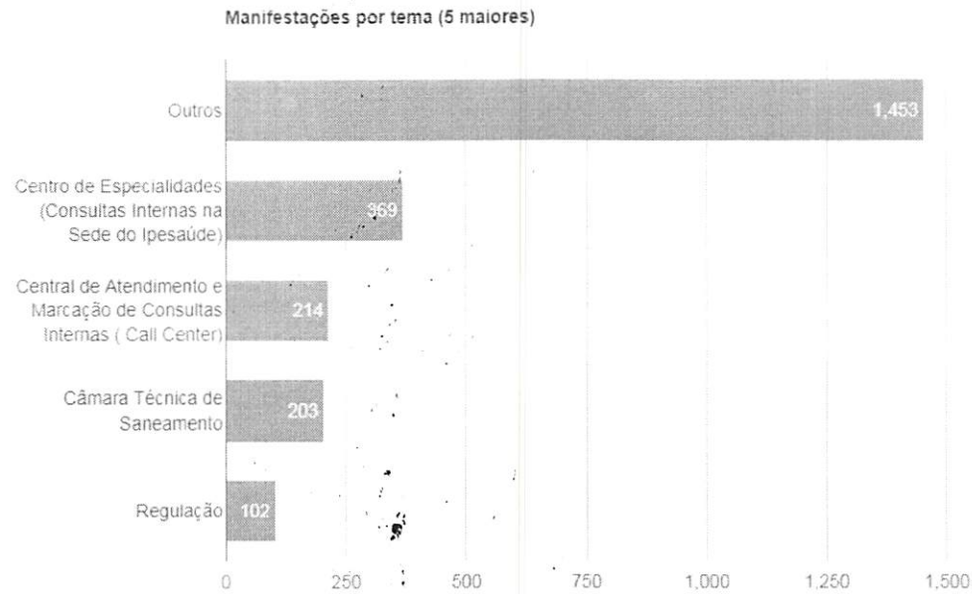


Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)

O **gráfico 11** revela os temas mais demandados pelos usuários/cidadãos na plataforma do SE-OUV. Verifica-se que a opção ***Outros*** destaca-se com um quantitativo superior aos demais. Observamos ainda, que por determinação do Tribunal de Contas do Estado – TCE não existe a obrigatoriedade do preenchimento do referido item (Tema).

A opção *Outros* aparece com **1.453** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo tema Centro de Especialidades (Consultas Internas na sede do Ipesaúde) (IPESAÚDE) com **369** manifestações.

Com **214** manifestações aparece o tema Central de Atendimento e Marcação de Consultas Internas / CallCenter (IPESAÚDE), com **203** o tema Câmara Técnica de Saneamento (DESO), e o tema Regulação, que aparece com **102** registros de manifestações (IPESAÚDE).



2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual é o funcionamento integrado dos Órgãos e Entidades através das Unidades Setoriais de Controle Interno, compreendidas em cada Órgão e Entidade, que atuarão exercendo as atividades de controle interno em seus respectivos Órgãos ou Entidades sob a coordenação técnica do Órgão Central de Controle Interno. A atuação integrada e cooperadora de todos os Órgãos e Entidades que compõe a organização formam o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, visando reforçar o controle administrativo, ao fazer a supervisão dos atos e fatos da gestão, assegurar o atingimento dos planos, objetivos e metas de acordo com o planejado, otimizando a gestão e dando mais segurança jurídica ao gestor.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Poder Executivo Estadual estabeleceu a Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC como o Órgão Central de Controle Interno. Para tanto, a SETC como Órgão Central, deve articular o conjunto de Órgãos e Entidades, funções e atividades de forma integrada, para coordenar, orientar e desempenhar as atribuições de controle interno, formando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme indicado na Constituição.

Neste sentido, a SETC definiu no seu planejamento estratégico, a seguinte diretriz: "Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as Unidades Setoriais de Controle Interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual".

Além disso, acompanhar, orientar e coordenar as Unidades Setoriais de Controle Interno – USCI, do Poder Executivo Estadual; Acompanhar e orientar as ações governamentais dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Sergipe; Monitorar os programas e ações da gestão governamental; Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos planos e programas de governo e dos orçamentos do Estado e os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Exercer outras atividades técnicas inerentes ao Controle Interno, bem como as que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas. Realizar atividades de auditoria operacional orientada segundo os objetivos institucionais, no âmbito dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual; Exercer outras atividades técnicas inerentes ao Controle Interno que regularmente lhe forem conferidas ou determinadas.

2.7. POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Por meio do Decreto Estadual n° 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em

regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

O Decreto Estadual atribuiu o papel de encarregado central da política à Secretaria de Transparência e Controle–SETC, a qual providenciará plataforma tecnológica transversal para a governança dos dados pessoais no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, de modo que se possa monitorar, de forma permanente e integrada, a conformidade de todos os órgãos e as entidades estaduais à LGPD.

Compete, ainda, a SETC, prestar apoio técnico para o desenvolvimento e manutenção do sistema eletrônico do canal de atendimento eletrônico, para a capacitação dos Encarregados no uso da ferramenta e para a emissão de relatórios gerenciais e de informações quando solicitado pelo Conselho de Governança da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais – CGPEPDP.

Com o objetivo de aperfeiçoar os trabalhos realizados na implementação da política pública e melhoria contínua dos serviços prestados, os servidores desta Secretaria que trabalham nos serviços relacionados a Lei Geral de Proteção de dados, realizaram diversos cursos de capacitação sobre o tema, especialmente os recomendados pelo Conselho de Governança da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais – CGPEPDP.

Buscando adequar-se cada vez mais à LGPD, após um amplo estudo e consulta à Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, a SETC realizou a supressão de informações de descontos pessoais de todos os servidores públicos do Estado de Sergipe disponibilizados no Portal da Transparência, por exemplo as informações de descontos de plano de saúde, consignações e previdência privada, garantindo assim a privacidade dos servidores e mantendo todas as obrigações legais de transparência exigida pela legislação.

Incrementando ainda mais as medidas protetivas, a SETC realizou a pseudonimização do CPF de todos os servidores do Estado de Sergipe que se encontravam no Portal da Transparência, passando a constar no seguinte formato: XXX.456.789.XX, em obediência à LGPD.

Em Agosto o Encarregado Setorial da Política Estadual de Proteção de Dados juntamente ao Comitê Executivo da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, confeccionaram o Programa de Governança em Privacidade – PGP a ser implementado na SETC.

O Programa de Governança em Privacidade – PGP dispõe sobre as etapas de iniciação e planejamento, construção e execução, e monitoramento.

A etapa de iniciação e planejamento contempla os seguintes temas: encarregado setorial; alinhamento de expectativas com a alta administração medidas de segurança; estrutura organizacional; plano de treinamentos e de conscientização; inventário de dados pessoais; e levantamento de contratos.

Já a etapa de construção e execução trata sobre: política e práticas para proteção da privacidade do cidadão; cultura de segurança e proteção de dados e privacy by design; relatório de impacto à proteção de dados; termo de uso e política de privacidade; e adequação de cláusulas contratuais.

Por fim a etapa de monitoramento disciplina as seguintes medidas: uso de indicadores de performance; plano de respostas de incidentes; plano de recuperação de desastres; e análise e reporte de resultados.

No dia 12 (doze) dias do mês de setembro de 2022, foi realizada a 1ª Reunião do Comitê Executivo da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, onde foram discutidos o panorama atual de implementação da LGPD na Secretaria de Transparência e Controle e as medidas que devem ser adotadas para adequar os procedimentos de tratamentos de dados pessoais à LGPD.

A reunião teve como objetivo a apreciação, discussão e aprovação do Programa de Governança em Privacidade – PGP a ser implementado na SETC e demonstração do Plano de Conscientização dos Servidores e Colaboradores, ao final da reunião foi lavrada Ata com a aprovação por unanimidade, do Programa de Governança e Privacidade – PGP.

A política estadual de proteção de dados pessoais criou a obrigação de que o dirigente máximo de cada órgão e entidade da administração pública estadual, direta e indireta, designasse um servidor para exercer a função de encarregado setorial pelo tratamento de dados pessoais, este encarregado ficará sob a coordenação técnica da SETC, também ficou estabelecido a obrigatoriedade da constituição de um comitê executivo, em cada órgão e entidade, para auxiliar o encarregado setorial no exercício das suas atribuições.

Neste contexto, a SETC vem empreendendo esforços no sentido de orientar a todos os órgão e entidades desta obrigatoriedade, inclusive realizando o monitoramento dos quais já designaram seus encarregados e comitês, atualmente 80% dos órgãos e entidades realizaram a designação do encarregado setorial.

2.8. INSTITUIÇÃO DO "PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Por meio do Decreto Estadual n° 41.008, de 06 de outubro de 2021, foi regulamentada a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de "Programa de Integridade" nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual n° 41.008/2021, atribuiu a SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido a SETC no dia 06 de janeiro de 2022 publicou a Portaria n° 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do "Programa de Integridade" das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

Entre os meses de janeiro a setembro chegaram na SETC 22(vinte e dois) processos para avaliação do programa de integridade, neste mesmo período foram exarados 11(onze) Despachos com pedidos de diligência e 10(dez) Relatórios Preliminares de Avaliação dos Programas de Integridade.

Buscando alinhar os procedimentos de tramitação dos Programas de Integridade entre a SEDUC e a SETC, foi realizada reunião no dia 31 de agosto de 2022, com servidores das respectivas as secretarias, onde foram debatidos os seguintes assuntos: forma de encaminhamento do programa integridade, necessidade de encaminhamento do programa de integridade a cada contratação com a mesma empresa, confecção de nova portaria prevendo a certificação das empresas, informação que o programa de integridade não se resume ao preenchimento dos relatórios, prazo para a apresentação do programa de integridade, sanções aplicáveis em caso de descumprimento, soma do contrato inicial com os aditivos, a necessidade de intermediação da contratante entre a contratada e a SETC.

Em síntese, o relatório de atividades se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas, que contribuíram nos resultados alcançados pela gestão estadual.

Aracaju/SE

Benedito de Figueiredo
Secretário de Estado da Transparência e Controle

Sheila Feitosa Macedo
Superintendente Executiva

Elder Sandes Vieira
Ouvidor-Geral

José Ney Marinho
Núcleo de Acompanhamento e Regularidade Fiscal

Rafael Santos Pereira
Núcleo de Fiscalização e Auditoria

Ageu Joventino Gois Nascimento
Núcleo de Planejamento e Controle

Fernando Gomes de Miranda
Núcleo de Transparência e Modernização

Hélio Sabino José Ribeiro Chaves
Diretoria Administrativo Financeira